

O embotamento do pensamento crítico e a crise da universidade pública brasileira

The weakening of critical thinking and the crisis of the Brazilian public university

El entorpecimiento del pensamiento crítico y la crisis de la universidad pública brasileña

Recebido: 10 abril de 2021 | Revisado: 25 de abril de 2021 | Aceito: 10 de junho de 2021 | Publicado: 25 de junho de 2021.

André Guerra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3608-968X>

UFRGS, Brasil

guerra.andreguerra@gmail.com

Lucia Marques Stenzel

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2040-1998>

UFCSPA, Brasil

lstenzel@ufcspa.edu.br

Resumo

Este estudo teórico promove uma reflexão crítica acerca da atual configuração da universidade pública brasileira. Por meio de contribuições teóricas de influência fenomenológica são desenvolvidos três eixos de análise: o *empreendedorismo organizacional* e a *gestão das mentes*, que revela como a universidade tem se colocado a serviço da mera capacitação técnica, da formatação cognitiva e de uma práxis destituída de lastro ético-político; a *universidade como gestora de adoecimento*, em que se discute o sofrimento psíquico oriundo de exigências de desempenho e produtividade; e o *embotamento do pensamento crítico*, que demonstra como a universidade vem se afastando de sua tarefa primordial, cujo fundamento existencial é a radicalidade do pensamento crítico. Por fim, aponta-se para o risco do definhamento irreversível da universidade pública brasileira, em razão de sua marcha acelerada rumo a um projeto de neoliberalização que, além das investidas externas, também conta com uma significativa conivência da própria comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Instituições de ensino superior; Neoliberalismo; Fatores psicossociais; Racionalidade técnica; Fenomenologia.

Abstract

This theoretical study proposes a critical reflection on the current configuration of the Brazilian public university. Three lines of analysis were developed by means of theoretical contributions influenced by phenomenology: *organizational entrepreneurship* and *mind management*, revealing that the public university has focused on mere technical training, cognitive formatting and a praxis devoid of ethical-political foundation; *the university as an illness manager*, in which psychological suffering arises from performance and productivity demands; the *weakening of critical thinking*, showing how the university has been moving away from its main task, whose existential foundation is the radicality of critical thinking. Finally, it points to the risk of irreversible debilitation of the Brazilian public university due to its accelerated march towards a neoliberal project that, in addition to its external assaults, also has significant connivance from the academic community itself.

Keywords: Higher education institutions; Neoliberalism; Psychosocial factors; Technical rationality; Phenomenology

Resumen

Con este estudio teórico se promueve una reflexión crítica acerca de la actual configuración de la universidad pública brasileña. Por medio de aportes teóricos de influencia fenomenológica se desarrollan tres ejes de análisis: el *emprendimiento organizacional* y la *gestión de las mentes*, que revela cómo la universidad se ha puesto al servicio de la mera capacitación técnica, de la normalización cognitiva y de una práxis destituida de lastre ético-político; la *universidad como gestora de enfermedades*, en el que se discute el sufrimiento psíquico oriundo de exigencias de rendimiento y productividad; y el *entorpecimiento del pensamiento crítico*, que demuestra cómo la universidad se está alejando de su tarea primordial, cuyo fundamento existencial es la radicalidad del pensamiento crítico. Por último, se llama la atención hacia el riesgo del desmedro irreversible de la universidad pública brasileña en razón de su marcha acelerada rumbo a un proyecto de neoliberalización que, además de las embestidas externas, también cuenta con una significativa connivencia de la propia comunidad académica.

Palabras clave: Instituciones de enseñanza superior; Neoliberalismo; Factores psicossociales; Racionalidade técnica; Fenomenología.

1. Introdução

A universidade está em crise. Por ironia, se encontra em crise porque perdeu justamente sua função de “pôr em crise” o conhecimento e a sociedade. Foi a passos lentos abdicando do encargo de colocar em questão as racionalidades e consequentemente foi sucumbindo a uma lógica tecnicista, permeada por elementos normatizadores que agora a aprisionam numa racionalidade instrumental que se sobrepõe ao seu maior sentido: a crítica.

A universidade pública está em crise e em crise também estão seus agentes, reduzidos a objetos, negados em sua condição humana. Docentes/pesquisadores, servidores administrativos e discentes estão adoecendo, pois se veem obrigados a funcionar como peças de uma engrenagem em uma organização utilitarista. A lógica utilitarista e a objetificação do humano transformou o professor em mera expressão da métrica do “índice h”¹; o aluno, por sua vez, em ponto de corte do Sistema de Seleção Unificada (SISU); o servidor também não escapa dessa lógica, posto que não passa de um gestor de documentos burocráticos e de processos eletrônicos.

No meio desses tantos atravessamentos que materializam a atividade universitária, a própria pergunta pela finalidade última desse empreendimento é sempre deixada para um pouco mais tarde, fazendo com que, ao invés de uma finalidade substancial, o que os agentes das universidades encontrem em sua frente não seja mais do que objetivos ou metas imediatas, reduzidas a tão somente promover a eficiência administrativa de uma instituição que perde cada vez mais seu papel social, ético e político. O esvaziamento desse papel repercute sobretudo na Universidade Pública, já que, sem a singularização auferida por esses papéis, essa instituição não encontra fundamentos sólidos ou suficientes para poder legitimar sua razão de existir às custas de contribuições compulsórias de uma população cada vez mais distante de si. A consequência desse divórcio é que, uma vez reduzida à função de apenas operar sobre conhecimentos e informações destituídos de lastro social, ético e político, confirma-se a tese neoliberal de que a sociedade não precisa de uma universidade pública, já que as instituições privadas também são capazes de cumprir essas mesmas funções, sem, no entanto, onerar indistintamente toda a população através de impostos.

Este artigo, inspirado no pensamento de teóricos da fenomenologia, como Heidegger e Hannah Arendt, bem como de importantes autores das ciências humanas como Gaulejac, Dardot e Laval, tem o objetivo de discutir a relação entre a crise da universidade pública no Brasil e o embotamento da faculdade do pensamento na era da racionalidade técnica. Valendo-se de aportes da fenomenologia, tais como intersubjetividade, mundo da vida e experiência, a proposta deste estudo é estabelecer uma interlocução com pesquisas brasileiras que discutem não só o sofrimento que atinge trabalhadores e discentes universitários em diferentes níveis, mas também a estrutura e o imaginário simbólico que envolve a instituição acadêmica, convertendo-a em mais um anteparo para a sociedade produtivista e utilitária. Nossa proposta é promover uma reflexão sobre esse debate, provocando uma discussão mais centrada no projeto atual de universidade pública, visando evidenciar as engrenagens que movem essa organização que se mostra cada vez mais a serviço da formatação técnica de profissionais para o mercado de trabalho, e menos em benefício de uma crítica primordial capaz de formar cidadãos capazes de, antes de mais nada, colocar sob crítica a racionalidade e os alicerces sobre os quais o próprio mercado e a sociedade contemporânea se erguem.

Para tanto, na primeira seção deste artigo, oferecemos duas noções a partir das quais alguns elementos centrais do *status quo* da universidade pública brasileira podem ser interpretados: o *empreendedorismo organizacional* e a *gestão das mentes*. A primeira noção visa apontar como organização universitária no Brasil não só desenvolve, mas também incita a criação de instrumentos, procedimentos, ferramentas e programas que têm como finalidade precípua não a qualidade material da atividade

¹ O índice H de um pesquisador é definido a partir do número de artigos publicados pelo pesquisador e que obtiveram citações maiores ou iguais a esse número. Por exemplo, quando dizemos que o índice H de um pesquisador é dez, significa que ele tem, pelo menos, dez artigos publicados, cada um deles com, pelo menos, dez citações. Quanto maior o número de artigos de grande interesse publicado pelo pesquisador, maior será o número de citações alcançadas, e maior será seu índice H, refletindo a qualidade acadêmico-científica do pesquisador e sua capacidade produtiva”. Este índice foi “descrito em 2005 por Jorge E. Hirsch, como uma ferramenta para determinar a qualidade relativa dos trabalhos de físicos teóricos, o Índice H passou a ser muito utilizado no meio científico, como forma de mensurar a produtividade e o impacto do pesquisador, sendo, inclusive, incorporado à Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)” (Thomaz, Assad & Moreira, 2011)

desenvolvida nas universidades ou de intervenções oferecidas para a sociedade, mas tão somente têm a finalidade de quantificar, registrar, comparar, formalizar, publicizar a produtividade da atividade universitária, sendo absolutamente indiferente a natureza principiológica ou finalística dessa produtividade. Como refere Chaui (2003) “o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios”, visam ocupar os docentes/pesquisadores e discentes com atividades e “padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual” (p. 7).

Com a segunda noção, a *gestão das mentes*, é apresentado como esses diversos instrumentos, procedimentos, ferramentas e programas desenvolvidos organizacionalmente terminam produzindo também uma subjetividade gerencialista no âmago da própria atividade universitária. A gestão, portanto, ao deixar de se restringir a uma técnica de administração e gerenciamento indistinta de recursos físicos e recursos humanos, converte-se em um *ethos* disseminado por todas as regiões sociais, invadindo igualmente as instituições universitárias e impregnando de tal modo a sociabilidade acadêmica que se torna ali um mecanismo psicopolítico de controle, isto é, um parâmetro relacional intra e intersubjetivo. Disso decorre que as práticas acadêmicas mais corriqueiras – finalmente controladas e parametrizadas pela mesma racionalidade neoliberal que percorre as corporações empresariais – terminam convertendo a atividade acadêmica – bem como os professores, servidores administrativos e discentes – em meros utensílios, instrumentos ou máquinas indispensáveis ao metabolismo do produtivismo intelectual, consagrando a conversão do conhecimento técnico em capital empresarial.

Na segunda seção, intitulada *A universidade como gestora de adoecimento*, discutimos a natureza do inegável potencial adoecedor da universidade contemporânea. Neste item também apresentamos estudos de base fenomenológica e existencial que visam à compreensão do sofrimento psíquico gerado pelos atuais métodos de gestão e organização universitária. Tal reflexão nos leva à análise da última seção intitulada *O embotamento do pensamento*. Inspirados em teóricos da existência e da fenomenologia, especialmente Hannah Arendt e Martin Heidegger, discutimos como os horizontes existenciais – principalmente o exercício pleno do pensar – estão hoje limitados pelo paradigma neoliberal, mercantil e empreendedor, impedindo que a universidade pública alce voo em direção a um paradigma em que seu papel seja indissociável de sua responsabilidade cultural, social e política em que está materialmente inserida.

Por fim, como considerações finais, nos referimos às limitações da universidade pública contemporânea no exercício de sua autonomia e no cumprimento de sua responsabilidade. Além disso, pontuamos o risco de seu definhamento absoluto derivado de sua marcha acelerada rumo a um projeto de neoliberalização que não conta apenas com a obstinação das investidas externas, mas também com uma significativa convivência interna. As práticas da universidade pública, quando submissas à racionalidade do modo de produção que, no século XXI, já não têm mais em vista, em termos arendtianos, a confecção de bens (obras), tampouco a preparação das condições de possibilidade de criação do novo (ação). É visado a mera reprodução incessante e indefinida do próprio capital (trabalho), o que aproxima as atividades próprias da universidade pública daquilo que Hannah Arendt (1958/2010), em *A condição humana*, aponta como sendo a atividade própria do *animal laborans*. Este sendo um mero animal que consome a totalidade de sua existência no próprio ato de assumir o trabalho como sendo não mais do que um meio de reprodução do próprio trabalhar.

A atmosfera de esgotamento e cansaço que reveste a universidade pública contemporânea, mais do que signo de adoecimentos individuais, assinala também o destino coletivo de uma instituição que, ao perder sua singularidade distintiva, incorre em uma decadência oriunda da impessoalidade genérica e típica da racionalidade técnica.

2. Metodologia

Este estudo teórico adota como referencial metodológico a construção ensaística, conforme concebida por Theodor Adorno (1974/2003). Para ele, o ensaio, enquanto forma, embora seja uma empreitada antissistemática, não é uma produção arbitrária, já que o próprio objeto abordado confere unidade ao texto. Por isso Adorno (2003) considera que o “ensaio continua sendo o que foi desde o início, a forma crítica *par excellence*” (p. 38). Para ele, portanto, o ensaio é uma “crítica imanente de configurações espirituais e confrontação daquilo que elas são com o seu conceito”, ou seja, “o ensaio é crítica da ideologia” (Adorno, 2003, p. 38).

Desse modo, o ensaio suspende ao mesmo tempo o conceito tradicional de método. O pensamento é profundo por se aprofundar em seu objeto, e não pela profundidade com que é capaz de reduzi-lo a uma outra coisa. O ensaio lida com esse critério de maneira polêmica, manejando assuntos que, segundo as regras do jogo, seriam considerados dedutíveis, mas sem buscar a sua dedução definitiva. Ele unifica livremente pelo pensamento o que se encontra unido nos objetos de sua livre escolha. Não insiste caprichosamente em alcançar algo para além das mediações – e estas são mediações históricas nas quais está sedimentada a sociedade como um todo –, mas busca o teor de verdade como algo histórico por si mesmo. (Adorno, 2003, p. 27).

O que delimita a abrangência de um ensaio é a unidade de seu objeto, no caso deste estudo, os aspectos de nossa condição contemporânea que impactam a atual configuração da universidade pública brasileira, bem como as fronteiras entre saúde e doença estabelecidas no âmago dessa instituição. Como a condição objeto dessa reflexão é a nossa própria condição, faz-se imperativa a “lei formal mais profunda do ensaio” que é a “heresia”, já que apenas “a infração à ortodoxia do pensamento torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível” (Adorno, 2003, p. 45).

3. Resultados e Discussão

A universidade neoliberal e a gestão das mentes

A crise da universidade pública brasileira relaciona-se de forma estreita com o movimento neoliberal contemporâneo, dominado pela racionalidade técnica, que produziu não só o embotamento da faculdade do pensamento, como também a impossibilidade de gerar e gerir em seu solo a divergência entre os diferentes saberes. Por ter se caracterizado ao longo da história como uma instituição social definida por sua autonomia intelectual, a universidade pública pôde manter uma relação divergente e conflituosa com a sociedade e com o Estado (Chauí, 2003). O potencial da universidade em produzir o debate e o questionamento do *status quo*, a capacidade de dar suporte às opiniões, atitudes e projetos conflitantes, e a função de gerir divisões e contradições sociais de forma democrática, foi o que deu origem ao surgimento da universidade pública, bem como o que legitimou e sustentou sua razão de ser. No entanto, o que vemos hoje é uma instituição cerceada, direta e indiretamente, na sua função republicana e democrática, deixando de ser uma “instituição” para se tornar uma “organização”. Seu alvo não é mais a universalidade dos interesses comuns ou a singularidade das existências individuais, tampouco responder às contradições dos diferentes saberes que sobre essas questões se debruçam, mas sim apenas gerenciar mentes que possam se adaptar às exigências externas à atividade intelectual, submetendo-se e reduzindo-se à função de tão somente responderem às perguntas técnicas já feitas e de antemão respondíveis derivadas dos interesses econômicos e mercantis de um tempo histórico específico e imediato.

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo

particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe. (Chauí, 2003, p.6)

O estudo de Favaro, Semzezem e Fernandes (2019) é um interessante registro histórico-político que remonta esse caminho percorrido nas últimas décadas pelo Estado brasileiro até finalmente consolidar uma universidade pública inegavelmente neoliberal. São elencadas pelos autores as diversas políticas educativas neoliberais constitutivas das “entranhas” do ensino superior brasileiro. Um exemplo é o Decreto nº 2.306 de 1997, cujo teor constituiu uma verdadeira “reforma” universitária de inspiração neoliberal. Esse instituto normativo foi revogado pelo Decreto nº 3.860 de 2001, o qual, por sua vez, também foi revogado pelo Decreto nº 5.773 de 2006 que, finalmente, também foi revogado pelo Decreto nº 9.235 de 2017. Esses decretos, assim como o sucessor destes, o Decreto nº 10.195 de 2019, reforçam a necessidade de políticas e estratégias de empreendedorismo, relações próximas com o “mercado” e um compromisso genérico de “desenvolvimento nacional”. É interessante notar nessas revogações sucessivas que, desde a redemocratização do país, em 1988, governo após governo, nenhum considerou irrelevante para a concretização de seus projetos político-partidários intervir diretamente na configuração do ensino superior no país. A conclusão lógica que se depreende desse fato é que não há projeto político-partidário de país que seja viável se dissociado de um projeto político-acadêmico. Entretanto, embora distinções radicais entre todos esses projetos político-partidários que se sucederam no país, nenhum deles rompeu radicalmente com o projeto político-acadêmico neoliberal.

Cada um desses decretos ilustra as etapas de um processo de captura das atividades universitárias pela lógica neoliberal, em que a universidade pública passou gradualmente a ser legitimada como um espaço onde se presta um “serviço” pré-determinado em proveito de agentes externos à universidade, dentre estes agentes o mais importante deles sendo o “mercado”. Esse passo justificou que o financiamento público, por um lado, fosse destinado também às Instituições de Ensino Superior Privadas, bem como, por outro lado, que o financiamento privado pudesse passar a ser destinado também à universidade pública. Desse “financiamento cruzado” resultou uma espécie de socialização dos prejuízos econômicos das instituições privadas ao mesmo tempo em que se tornou possível uma privatização dos benefícios auferidos pelas universidades públicas. De acordo com Favaro, Semzezem e Fernandes (2019), é nesse instante em que se consumou a educação não mais como um processo, mas como uma coisa entre coisas que, a partir de então, passa a ser “tratada como uma mercadoria, sobressaindo-se a lógica da flexibilidade e da avaliação, beneficiando a privatização e afetando diretamente a qualidade do ensino e as funções da universidade” (p. 346). A consequência disso é que os dois polos da educação, privada e pública, foram igualmente atravessados de ponta a ponta pela mesma lógica privatista, situação que mais tarde virá a ser decisiva para a dificuldade de a universidade pública conseguir legitimar sua especificidade e razão de existir perante a sociedade que passa a lhe dirigir ferozes insultos.

É importante destacar, contudo, que todas as investidas neoliberais pelas quais a universidade pública brasileira vem passando, ao contrário de visarem sua destruição ou eliminação – o que poderia se depreender de leituras apressadas dos processos históricos –, visam, em verdade, adaptar a produção universitária brasileira aos pressupostos da racionalidade neoliberal. Em suma, o problema da universidade pública não é propriamente o seu “custo” como querem fazer parecer; muito pelo contrário, a grande tensão em torno da universidade pública é que todo esse custo não esteja uníssona e exclusivamente em favor dos pressupostos mercantis. Enquanto houver na universidade pública espaços ainda não completamente submetidos e subservientes à lógica produtivista e utilitária do mercado, ainda haverá espaços a se “enxugar” – tudo para o bem do “Estado” –,

que no caso de uma sociedade neoliberal, deixa de ser um Estado-nação para se tornar um Estado-corporação.

A questão central desse processo é que não se pode pensar essas investidas neoliberais contra a universidade pública como sendo ataques vindos apenas de “fora”, como se a universidade pública fosse um forte ou fortaleza que, apesar de todas as adversidades, ainda resistiria bravamente com postura crítica e irreverente que caracterizou o alvorecer de um modo de vida que não se curvava às trevas do dogmatismo ou da tradição. Ao invés disso, para ser melhor compreendida, a racionalidade neoliberal deve ser assumida como sendo, ela própria, um modo de vida que perpassa toda a existência contemporânea, alastrando-se como fumaça para todos os campos de sociabilidade, inclusive para dentro da universidade, e, portanto, contando com a conivência – por vezes deliberada, por vezes insidiosa – da própria comunidade acadêmica que passou, seja por receio do “fracasso”, seja pela ambição do “sucesso”, a conformar suas práticas cotidianas mais comezinhas aos parâmetros ordinários exigidos pelo “desempenho” neoliberal.

Um exemplo dessa conivência por parte da comunidade acadêmica, e mais especificamente por parte dos docentes/pesquisadores, é a condescendência à privatização da pesquisa científica, cada vez mais determinada pelas exigências do mercado impostas pelos financiadores (Chauí, 2003). A agenda do pesquisador/docente passou a ser regida pela meritocracia, mensurada pelo número de financiamentos públicos ou privados auferidos, bem como pelo cômputo aritmético do montante de recursos obtidos; não importando, nessa equação, o grau de relevância ou qualidade substancial que as pesquisas contempladas têm no plano social, ético e político.

Comprometido com os congressos, com os periódicos científicos, com as agências de fomento e com os critérios exigidos pelos *rankings* nacionais e internacionais, a atividade intelectual do professor/pesquisador virou moeda de troca (Borsoi & Pereira, 2013). Os projetos de pesquisa, ao invés de partirem de problemas concretos ou teóricos que efetivamente exigem a paciosa e laboriosa atividade do pensar, são selecionados e confeccionados a partir dos critérios estabelecidos pelos editais de fomento. Do mesmo modo, a escrita dos artigos científicos, ao invés de terem em vista seu potencial de contribuição para o enfrentamento de questões comuns a determinada comunidade científica, são redigidos buscando conformar sua forma e conteúdo ao regramento e aos rankings que classificam as revistas científicas.

É possível tomar a racionalidade neoliberal como constitutiva do mundo da vida (*Lebenswelt*) mais próprio de nossa sociedade. Essa racionalidade, de acordo com Dardot e Laval (2016), não se encerra em uma doutrina econômico-política. Embora ela também seja isso, ela não se esgota aí. Em verdade, o que faz com que, no plano macropolítico, o neoliberalismo se constitua como a imagem do mundo objetivo, é que, no plano micropolítico, os próprios sujeitos constituem-se a si próprios em suas relações interpessoais como se fossem unidades empresariais. Dessa realidade neoliberal, portanto, desdobra-se um *ethos* neoliberal difuso e difundido por todo o tecido social que serve de fundamento pré-compreensivo aos sujeitos. Isso faz com que quaisquer modalidades relacionais alheias aos princípios fundantes desse *ethos* (eficácia, eficiência, utilidade, desempenho) sejam destituídos de qualquer sentido ou valor. Em seu artigo *O totalitarismo neoliberal*, Chauí (2020) afirma que no núcleo do neoliberalismo reside o gérmen de uma sociedade totalitária, já que em seu âmago está presente a inconformidade com a existência da diversidade institucional e política. É por essa razão que tal perspectiva instila e espalha por toda a sociedade uma perspectiva administrativa da vida, em que todas as instituições são transformadas em organizações, isto é, em entidades definidas pela sua instrumentalidade, pelos pressupostos estratégicos que organizam de maneira ótima a relação entre os meios que dispõem para alcançar o objetivo específico que as definem e as diferenciam das demais organizações.

A perda do caráter institucional da universidade em proveito de sua natureza organizacional faz com que a ciência gestada no solo universitário se torne muito mais a manipulação de objetos construídos pelo próprio campo acadêmico – um componente do próprio capital – do que a base investigativa e compreensiva do mundo. Na universidade pública neoliberal, o mundo da vida e as práticas acadêmicas cotidianas são configurados pelas “novas formas de financiamento das pesquisas, a

submissão delas às exigências do próprio capital e a transformação da universidade numa organização ou numa entidade operacional” (Chauí, 2003, p. 8). Essa pré-compreensão neoliberal é o que explica a centralidade que a “gestão” assume na sociedade neoliberal. Em uma sociedade onde os horizontes existenciais estão limitados pelo paradigma mercantil, não é a criação ou a invenção daquilo que ainda-não-é, mas poderia vir a ser, o que tem valor, e sim tão somente a capacidade de melhor administrar (gerenciar) aquilo que já é e sempre foi.

A gestão apresenta-se como pragmática e, portanto, não-ideológica, fundada sobre a eficácia da ação, mais do que sobre a pertinência das idéias. Ela se torna uma "metalinguagem" que influencia fortemente as representações dos dirigentes, dos quadros, dos empregados das empresas privadas, mas igualmente das empresas públicas, das administrações e do mundo político. (Gaulejac, 2007, p. 63)

Por si só, a disseminação desse *ethos* neoliberal é responsável pelo adoecimento social, em que todas as instituições são transformadas em protótipos de organizações empresariais. Na universidade pública essa lógica pode ser ilustrada pela cobrança desenfreada por produtividade docente, intensificando o trabalho do professor e do servidor administrativo na direção do produtivismo e da competição (Favaro, Semzezem, & Fernandes, 2019). Ademais, de forma dissimulada, a ênfase no produtivismo vem revestida por uma falsa vestimenta de emancipação. Fala-se em “flexibilidade”, “proatividade” e “autonomia”, expressões que escondem um novo formato de coerção e de pressão por desempenho. Aos professores e servidores administrativos resta a tentativa de cumprir uma jornada laboral sem fim; e a experiência comum que os une nesse contexto é o cansaço (Han, 2015).

No mundo da vida neoliberal, o dispositivo de eficácia não é mais acionado através de um "adestramento dos corpos", tal como imaginado nos primórdios da empresa taylorista-fordista, em que o trabalhador deveria ser reduzido à condição de um gorila amestrado. No pós-fordismo toyotista, por seu turno, é a subjetividade, a atividade intelectual e a criatividade útil dos trabalhadores que deve ser capturada e consumida pelas organizações como sua matéria prima. Ao invés dos corpos, é a "gestão das mentes" o que é visado, de tal modo que o controle não tenha a necessidade de se exercer desde fora do sujeito, mas desde dentro. No lugar da coerção externa, a inclinação interna; no lugar do receio, a ambição; no lugar da punição, a recompensa.

Ou antes deveríamos dizer que a ação disciplinar sobre os corpos foi apenas um momento e um aspecto da elaboração de certo modo de funcionamento da subjetividade. O panóptico de Bentham é particularmente emblemático dessa moldagem subjetiva. O novo governo dos homens penetra até em seu pensamento, acompanha, orienta, estimula, educa esse pensamento. O poder já não é somente a vontade soberana, mas, como Bentham diz tão bem, torna-se "método oblíquo" ou "legislação indireta", destinada a conduzir os interesses. (Dardot & Laval, 2016, p. 324)

A gestão das mentes, legitimada por meio de estratégias simbólicas de subserviência mercantil, leva os professores e servidores administrativos – e por que não os discentes? – a adoecerem por conta da vida universitária. Borsoi e Pereira (2013), em um estudo sobre o produtivismo e o adoecimento de professores do ensino público superior referem que, no caso específico do Brasil, foram as reformas governamentais direcionadas às universidades públicas que passaram a afetar o cotidiano e a saúde dos professores a partir da virada do milênio. Na próxima seção nos dedicaremos à análise da universidade pública não mais tão somente como gestora de mentes, mas também como gestora de mentes adoecidas.

A universidade como gestora de adoecimento

As ciências humanas e sociais, em diálogo com a fenomenologia, também vêm se debruçando sobre o estudo das práticas simbólicas que converteram a instituição acadêmica em organização social, a tornando um agente indispensável à capacitação técnica de “recursos humanos” a serem consumidos pelas linhas de montagem de uma sociedade cada vez mais produtivista e utilitária.

Como vimos na seção anterior, a lógica da universidade pública neoliberal fez com que nas últimas décadas fosse mais valorizado o produtivismo acadêmico – valores quantitativos, mensuráveis e mercantis – em detrimento da valorização daquilo que deveria justificar a existência da universidade em si: o exercício do pensamento. O professor, no passado, representante de um papel “sagrado” na geração de pensamento crítico, hoje se vê reduzido à condição de refém da produtividade, preenchendo relatórios, alimentando estatísticas e *rankings* universitários, levantando verbas de financiamento público e privado, sendo o principal vetor de promoção e visibilidade para uma universidade com imagem socialmente desgastada. Isto é, o “campus vai se reconfigurando num gigantesco pregão” (Bianchetti & Machado, 2007. p.5).

Não há mais dúvida que o que fundamenta e organiza o ensino e a pesquisa brasileira hoje é a lógica mercantil e utilitária, expressa principalmente nos critérios pelos quais o trabalho do professor é orientado e valorizado. Borsoi e Pereira (2013) referem que na virada do milênio, a carreira docente sofreu drásticas transformações, tais como: alterações nos critérios para aposentadoria e progressões funcionais; criação de normas produtivistas de avaliação de desempenho individual; cortes de benefícios e enxugamento de salários; aumento da relação numérica professor-aluno; e crescentes exigências em torno do desempenho e da produtividade. Segundo os autores, estes são os fatores centrais responsáveis por desencadear o adoecimento docente contemporâneo, que se caracteriza por sintomas relacionados à depressão, ansiedade, infecções osteomusculares, exaustão mental e fadiga. Nenhum desses fatores, no entanto, poderia ser materializado não fosse o *ethos* neoliberal que lhes servem de pressuposto, e tal *ethos* não poderia servir de pressuposto desses fatores não fosse também a naturalização intra e intersubjetiva efetivada no núcleo da própria comunidade acadêmica.

Especificamente sobre o adoecimento de discentes universitários, também atingidos pela lógica utilitária e mercantil, Graner e Cerqueira (2019), em um estudo de revisão sistemática, traçaram um panorama sobre o sofrimento psíquico entre discentes universitários, bem como os fatores de risco e proteção a eles associados. Os autores concluem que as características da vida acadêmica e os aspectos relacionais a ela associada foram os elementos que mais frequentemente estiveram correlacionados à presença de sofrimento psíquico entre universitários. O estudo proposto pelos autores, entretanto, não propunha uma compreensão aprofundada sobre essas “características relacionais da vida acadêmica”; porém, é justamente esse aspecto intersubjetivo constitutivo das relações o que se mostra como sendo um eixo de análise com o qual os estudos em fenomenologia têm muito a aprofundar e contribuir.

Os estudos de fenomenologia que visam um olhar sobre a instituição universitária brasileira dividem-se em perspectivas que vão desde uma tentativa de compreensão fenomenológica do papel da educação e dos contextos educacionais (da Silva Filho, 2021); até perspectivas que empreendem um olhar fenomenológico das organizações – visando compreender a natureza do poder que impera da organização universitária, bem como, qual o sentido do trabalho acadêmico e o papel que a racionalidade instrumental desempenha nesse contexto (Boava & Macedo, 2011). Também podem ser encontrados estudos de base fenomenológica que visam compreender a insatisfação manifestada por docentes/pesquisadores e discentes no âmbito universitário (de Melo & dos Reis, 2018). Outros estudos, ainda, além de uma proposta compreensiva, também visam oferecer possibilidades de intervenção sobre o sofrimento psíquico de alguns dos agentes impactados por esse estado de coisas, dentre eles os discentes universitários (Macêdo & de Souza, 2020).

Quando se debruça sobre o fenômeno do sofrimento psíquico contemporâneo que perpassa e constitui a universidade

brasileira, o olhar fenomenológico contribui para desvelar a natureza desse adoecimento. Macêdo (2018), por exemplo, ao se ocupar do fenômeno do sofrimento psíquico do estudante universitário, demonstra como a lógica produtivista e a cultura da alta performance impõe aos discentes um constante sentimento de fracasso e vazio de sentido. Nessa mesma linha, do Nascimento & Macêdo (2019) – ao proporem um debate sobre o mundo do trabalho contemporâneo, este tendo como princípio estruturante aquilo que Martin Heidegger denominou de Era da técnica –, apontam para as repercussões na saúde mental derivadas da relação objetificante que se dá entre sujeito e mundo. Esse modo de relação alcança seu ápice na sociabilidade neoliberal. Por conta disso, para compreender adequada e criticamente o adoecimento da comunidade universitária brasileira, é preciso resgatar os fatores históricos que transformaram o ensino superior do país em mais um instrumento a serviço de interesses mercantis, condição que favoreceu a consagração do paradoxo de termos hoje uma universidade pública, mas neoliberal. Como todo paradoxo gera tensão, a possibilidade concreta é que o polo neoliberal dessa contradição submeta por completo o polo público, encerrando definitivamente esse conflito com a generalização de um ensino superior exclusivamente privado no país.

Como mostram os estudos de base fenomenológica sobre a compreensão do adoecimento universitário, o olhar para este adoecimento deve vir menos do estudo sobre as consequências (sintomas oriundos do trabalho) e mais para os elementos experienciais, existenciais, simbólicos e institucionais que servem à gestão da doença social. Se a tarefa da fenomenologia é o estudo das essências, ou seja, uma filosofia que recoloca as essências na existência, reconstituindo a relação entre homem e mundo (Andrade & Holanda, 2010), o estudo sobre a crise e o adoecimento universitário deveria produzir uma reflexão desse mundo vivido, da experiência pré-reflexiva que se dá a partir de nosso estar e agir no mundo, um mundo que nos é dado antes de elaborarmos conceitos sobre ele (Amatuzzi 2009). Por conta disso, a compreensão do adoecimento no âmbito acadêmico não pode ser descolada das reflexões sobre a decadência dos valores éticos e políticos que servem de fundamento às práticas e racionalidades vigentes; e, neste sentido, não há como não fazermos referência à obra de Hannah Arendt. Apesar de não ser um consenso na literatura, os elementos fenomenológicos presentes no pensamento político da autora são muito evidentes. Segundo Dias (2018), a fenomenologia influencia tanto os métodos de análise de Arendt quanto os conceitos e temas pensados por ela, tais como, o mundo da vida, a intersubjetividade, a experiência e a aparência.

O que Arendt chama de crise política, faz referência a “supressão da esfera pública em função do advento da esfera cada vez maior do governo enquanto administração e do crescimento desenfreado do domínio social” (Dias, 2018, p. 82). Os processos de subjetivação atrelados à desumanização e à automação do trabalho, em curso desde a revolução industrial, são problematizados por Arendt (2010) quando refere que os utensílios, criados pelos seres humanos, perderam seu caráter instrumental – de auxílio ao trabalho – para serem fundidos ao ritmo do corpo trabalhador, tornando – como aparece na caracterização do trabalho universitário – difusa a fronteira entre máquina e humano. Em outras palavras, as máquinas e utensílios de uso, criadas com a pretensão de que os seres humanos pudessem finalmente se emancipar do ritmo de urgência das necessidades vitais, terminaram por lhes submeter ainda mais, ao lhes imporem um ritmo ainda mais frenético e indomável (Arendt, 2010). Sendo assim, as práticas acadêmicas passam a exigir uma aproximação dos docentes/pesquisadores, servidores administrativos e discentes da condição do *animal laborans*, a qual se sobrepõe à condição propriamente humana da ação. Isso faz com que a existência cotidiana também no seio da comunidade acadêmica fique reduzida ao utilitarismo e ao tecnicismo da racionalidade instrumental; e isso, por si só, já é adoecedor.

O desenvolvimento dos métodos científicos em aliança com os pressupostos do paradigma neoliberal é o que aos poucos vai consagrando isso que podemos chamar de uma racionalidade instrumental como se fosse uma capacidade distintiva e valiosa a ser alcançada pela existência humana. Isso, como veremos a seguir, não só é falso, como enseja justamente o contrário: a redução da existência humana a uma condição destituída de sua dimensão ético-política. Uma forma de organização da realidade que tem por pressuposto fundamental os valores de quantidade, exatidão, velocidade, equivalência, eficácia e eficiência não é capaz de

servir de pressuposto ético-político para a realização da integralidade existencial de um ente ôntico-ontológico como nós, entidade que se tivesse uma natureza, esta seria necessária e insuperavelmente hermenêutica. Contudo, a universidade pública, pelo papel de destaque que ocupa no campo universitário mais amplo, ao ser também tomada pela racionalidade que caracteriza indistintamente todos os setores da sociedade, termina sacramentando o conhecimento estritamente técnico e a racionalidade instrumental como modalizadores de todas as práticas universitárias, o que a médio e longo prazo consolida não só uma espécie de regressão intelectual, mas um verdadeiro e efetivo “embotamento” da faculdade mais própria e emancipadora do ser humano que é o pensar.

O embotamento do pensamento

Como dissemos, no tipo de gestão que caracteriza a universidade pública neoliberal contemporânea, o sujeito fica reduzido, exclusivamente, à condição de *animal laborans*. Nesse panorama, são restringidos quaisquer outros projetos de ser que permitiriam aos sujeitos tornarem-se plenamente humanos no sentido arendtiano. Ao final do último capítulo de *A condição humana*, Arendt (2010) faz um balanço de onde, enquanto seres humanos, nós chegamos em nossa sociedade contemporânea. Toda a proposta do livro é questionar acerca de o que estamos fazendo de nossa existência. A construção que ela desenvolve ao final de seu livro expõe que, com a modernidade, a preservação da vida da espécie e o autointeresse foram alçados a chaves explicativas da realidade. Tais premissas foram levadas tão longe que a mais singular das faculdades especificamente humana, o pensamento, tornou-se um sinônimo quase indistinguível da capacidade meramente cognitiva –esta compartilhada em graus distintos por todos os animais sencientes, independentemente de serem cachorros, ratos ou baratas.

Se compararmos o mundo moderno com o mundo do passado, veremos que a perda da experiência humana acarretada por esse desdobramento é extraordinariamente marcante. Não foi apenas, e nem sequer basicamente, a contemplação que se tornou uma experiência inteiramente destituída de significado. O próprio pensamento, quando se tornou um "cálculo de consequências", passou a ser uma função do cérebro, com o resultado de que se descobriu que os instrumentos eletrônicos exercem essa função muitíssimo melhor do que nós. A ação logo passou a ser, e ainda é, concebida em termos de produzir e de fabricar, exceto que o produzir, dada a sua mundanidade e inerente indiferença à vida, era agora visto como apenas uma outra forma de trabalho, como uma função mais complicada, mas não mais misteriosa, do processo vital. (Arendt, 2010, p.402)

Esse apreço crescente pelas capacidades quase mágicas do “cálculo de consequências” inerente ao desenvolvimento dos métodos científicos e do produtivismo neoliberal é o que aos poucos vai configurando a ausência do pensamento crítico em proveito da gestão cognitiva ou instrumental da realidade. Foi Kant quem precisou a diferenciação entre *Vernunft* (pensamento) e *Verstand* (conhecimento), em que o primeiro é a faculdade que almeja compreender o significado, enquanto o segundo apreender cognitivamente aquilo que é dado aos sentidos (Arendt, 1977/2018, p. 71). Evidentemente, são necessários conhecimentos técnicos especializados para se construir, por exemplo, um arranha-céu ou fazer decolar um avião. No entanto, ainda que o treinamento exaustivo dessas habilidades prometa aperfeiçoar ilimitadamente a funcionalidade dessas obras miraculosas da engenharia contemporânea, diante de certas perguntas, mesmo o conhecimento técnico mais avançado, não poderá oferecer respostas. É o caso de saber, por exemplo, se os prédios devem ser destinados à moradia daqueles que não tem teto ou à especulação imobiliária, bem como se a decolagem dos aviões deve contabilizar os custos ambientais de seu percurso ou apenas oportunizar o lucro das companhias aéreas?

Não é que o conhecimento técnico seja limitado, a realidade é que ele não pode ser generalizado como sendo suficiente para dar conta de todas as questões que envolvem a existência humana. Entretanto, quando a sociedade é reduzida à imagem e semelhança de uma organização empresarial, todas aquelas questões irrespondíveis desde o ponto de vista estritamente técnico são de saída já ridicularizadas, acusadas de anacrônicas, senão perseguidas, destruídas e finalmente excluídas por completo das preocupações humanas. Contudo, se das preocupações humanas é excluído o pensamento – e seria redundância dizer “pensamento crítico”, vez que, ou o pensamento é crítico, ou não é pensamento –, também está excluída qualquer possibilidade de lastro social, ético e político. E a consequência de uma comunidade que abandona seu compromisso inderrogável de preservar a capacidade de pensar, é a barbárie – em suas mais distintas e tenebrosas expressões.

Por paradoxal que possa parecer, uma das expressões mais cristalinas do embotamento da faculdade do pensamento não é a irracionalidade, mas justamente o oposto: o excesso de racionalidade, de uma racionalidade meramente instrumental, lastreada tão somente nas equações aritméticas de custo-benefício, as quais assumem variáveis quantitativas como a eficácia, a eficiência, a utilidade e o desempenho como princípios capazes de, por si sós, conduzirem as decisões e as ações. Em uma situação como essa, mesmo as ações mais adequadas do ponto de vista “racional” podem ser, ao mesmo tempo, as mais repugnantes do ponto de vista ético-político. Quando Zygmunt Bauman (1989/1998), em *Modernidade e holocausto*, afirma que os campos de concentração nazistas coroaram a modernidade, ele não estava dizendo outra coisa senão que os procedimentos intelectivos baseados exclusivamente em princípios de eficácia, eficiência, utilidade e desempenho não são apenas meios, mas os próprios fins engendrados por certo modo de vida, cuja Solução Final nazista executada por Adolf Eichmann (Arendt, 1964/2013), não foi o marco de seu declínio, mas justamente seu ápice, já que só foi possível alcançar tamanho “feito” graças aos princípios fundantes da racionalidade instrumental moderna que o Terceiro Reich colocou em ação com irretocável competência técnica.

De repente ficou claro que o mais terrível dos males de que se tinha memória não resultou de uma ruptura da ordem, mas de um impecável, indiscutível e inatacável império da ordem. Não foi obra de uma turba ruidosa e descontrolada, mas de homens uniformizados, obedientes e disciplinados, cumpridores das normas e meticulosos no espírito e na letra de suas instruções. (Bauman, 1989/1998, p. 178)

A cada década que passa, a universidade pública brasileira vem sendo reduzida um pouco mais em sua potencialidade crítica, isto é, em sua vocação de submeter as técnicas e racionalidades específicas a um profundo, demorado e crítico processo reflexivo, compreensivo e valorativo. Essa inversão de papéis tem colocado a universidade pública brasileira não na vanguarda do processo social, mas em sua retaguarda, servindo muito mais como uma espécie de barricada para a sustentação e legitimação do *ethos* e da racionalidade neoliberal, do que como ponta de lança que aponta para um mundo por vir.

Embora haja muitos prêmios oferecidos aos que se submetem ao *status quo*, fica evidente que tal submissão tem um alto custo, o qual está sendo pago com o sangue de toda a comunidade acadêmica – inclusive daqueles que, por ora, consideram-se os “vencedores” dessa competição em direção a uma linha de chegada onde todos que chegarem não estarão menos derrotados do que aqueles que já ficaram pelo caminho. A verdade, porém, é que, quando a universidade pública abdica de seu papel crítico, de seu compromisso para com a radicalidade do pensamento, de seu objetivo indelegável de ser o último farol de lucidez de uma sociedade eventualmente perdida nas sombras de seus próprios fantasmas, isso significa que a universidade pública também abdicou de toda sua relevância e pertinência. Mesmo aqueles que eventualmente estejam “vencendo” também estão, mesmo sem notar, em franca decadência, reduzindo sua existência à interminável produção de “conhecimento” que não deixa nada significativo atrás de si, a não ser um longínquo trajeto impessoal de sedimentação de seu próprio adoecimento.

A ideia de crise traçada neste artigo possui uma faceta central que está relacionada a essa perda de um espaço

privilegiado de pensamento crítico e reflexivo. Como vimos anteriormente, esta crise foi se configurando por um longo caminho de negação de seu papel social e democrático. Ademais, a crise da universidade pública reside no fato de ter sucumbido a um “pensar habitual”, a uma concepção relativamente natural do mundo, abdicando de seu papel de estrangeira. Como estrangeira – no sentido de Schultz (1944/2010) – deveria colocar em questão, tudo que parece ser inquestionável para os demais. A universidade deveria ser este espaço onde o “padrão cultural do grupo ao qual se aproxima não tem a autoridade de um testado sistema de receitas” (Schultz, 1944/2010, p. 122), deveria ser ela o lugar justamente onde pudessem ser questionadas todas as tradições históricas, sociais e políticas das quais foi originada.

Ao se questionar sobre o papel da formação e da educação, Chauí (2003), inspirada em Merleau-Ponty, resgata o papel da faculdade do pensamento, que, para a autora, seria uma das únicas saídas para a retomada da universidade pública brasileira do ponto de vista de sua autonomia e de sua expressão social e política:

(...) a obra de pensamento só é fecunda quando pensa e diz o que sem ela não poderia ser pensado nem dito, e sobretudo quando, por seu próprio excesso, nos dá a pensar e a dizer, criando em seu próprio interior a posteridade que irá superá-la. Ao instituir o novo sobre o que estava sedimentado na cultura, a obra de arte e de pensamento reabre o tempo e forma o futuro. Podemos dizer que há formação quando há obra de pensamento e que há obra de pensamento quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da interrogação, da reflexão e da crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade. (Chauí, 2003, p.12)

4. Considerações Finais

Nunca se questionou tanto os gastos com a universidade pública. Sua “utilidade” vem sendo cada vez mais relacionada aos percentuais do que representa em termos do Produto Interno Bruto (PIB), e cada vez menos do seu potencial de produção de pensamento crítico, mudança e transformação social. Entretanto, diante desse cenário, demonstramos neste estudo que a “produção” de conhecimento acadêmico vem, por um lado, gerando um sofrimento generalizado sobre a comunidade acadêmica, e, por outro lado, devolvendo para a sociedade uma contraprestação cuja qualidade não só é questionável, como de fato vem sendo cada vez mais questionada, sob vários ângulos. A partir das reflexões de pensadores da existência e da fenomenologia, vimos que nas práticas cotidianas da comunidade acadêmica a existência humana tem sido reduzida a mero “recurso” organizacional, além de ser sistematicamente desumanizada, sendo convertida em mais uma “coisa entre as coisas”. Embora essa realidade seja generalizada e possa ser verificada em todos os segmentos da vida contemporânea, ela adquire um sentido especialmente perverso no âmbito universitário, sobretudo nas universidades públicas, uma vez que foi justamente contra a subserviência do pensamento aos poderes instituídos, seja o da Igreja, seja o do absolutismo, seja o do Mercado, é que emergiram as manifestações mais interessantes da universidade ainda no século XIX.

A crise da universidade contemporânea efetivamente remete à crise da própria faculdade do pensamento no seio da sociedade neoliberal. Entretanto, o dilema vivido pela universidade pública contemporânea que lhe impede de decidir por seu destino é que, ao passo que é posta contra a parede pela racionalidade neoliberal que lhe acusa de não ser suficientemente “sustentável” – ou tantos outros termos clichês que converteram a gramática social em um verdadeiro RH empresarial –, ao invés de confrontar os pressupostos que sustentam o *ethos* dessa acusação; ela busca defender-se tentando comprovar que é, sim, “eficiente”, e que, portanto, pode sim conformar-se à excelência das organizações empresariais. Em resumo, para defender-se dos ataques do *ethos* neoliberal, a universidade pública, ao invés de se rebelar, tenta desesperadamente se “neoliberalizar” cada vez mais. A ingenuidade – na melhor das hipóteses – dessa opção suicida é desconhecer que a universidade pública é um apêndice

absolutamente desnecessário e necessariamente eliminável em uma sociedade efetivamente neoliberal.

Qualquer combatente sabe que quando uma guerra é travada inteiramente no terreno adversário, inevitavelmente a derrota se anuncia no horizonte. Apesar disso, a derrota da universidade pública – consumada pelas várias modalidades de privatização intra e intersubjetiva que hoje lhe invadem – por incrível que pareça poderá ainda não ser a consequência mais trágica desse processo, já que, enquanto o projeto de neoliberalização da educação superior não se consumir definitivamente, um rastro de sangue será deixado para trás: o sangue de todos os agentes que, até serem finalmente metamorfoseados em meros empregados “uberizados”² da educação superior, vivenciarão o processo brutal de terem arrancados de si quaisquer resquícios daquilo que um dia foi sua humanidade – e com esta a sua faculdade do pensamento crítico.

As alternativas são claras: ou a comunidade acadêmica adoecida – especialmente os docentes/pesquisadores e servidores administrativos – assumem a dianteira e o compromisso político-acadêmico de construção de uma universidade efetivamente pública e de qualidade crítico-reflexiva que sirva de suporte para a emergência de um mundo da vida germinado por outros *ethos* possíveis; ou, além de derrotados em seu adoecimento, o núcleo duro da comunidade acadêmica terminará entrando para a história como aqueles que cancelaram, com sua omissão em relação ao embotamento do pensamento contemporâneo, a redução das universidades públicas em verdadeiros mercados de ideias obsoletas.

Referências

- Adorno, T. W. (1974/2003). O ensaio como forma. In _____. Notas de literatura I (pp. 15-45). São Paulo: Editora 34.
- Amatuzzi, M. M. (2009). Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26(1), 93-100. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000100010>
- Andrade, Celana Cardoso, & Holanda, Adriano Furtado. (2010). Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 27(2), 259-268. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000200013>
- Arendt, H. (1977/2018). A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Arendt, H. (1964/2013). Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, H. (1958/2010). A Condição Humana. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Bauman, Z. (1989/1998). Modernidade e holocausto. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bianchetti, L., & Machado, A. M. N. (2007). Reféns da produtividade: sobre produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação. *Reunião anual da ANPEd*, 30, 1-16. <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT09-3503--Int.pdf>
- Boava, Diego Luiz Teixeira, & Macedo, Fernanda Maria Felício. (2011). Contribuições da fenomenologia para os estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(spe1), 469-487. <https://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512011000600003>
- Borsoi, I. C. F., & Pereira, F. S. (2013). Professores do ensino público superior: produtividade, produtivismo e adoecimento. *Uni-versitas Psychologica*, 12(4), 1213-1235. <https://doi.org/10.11144/averiana.upsy12-4.peps>
- Chauí, M. (2020). O totalitarismo neoliberal. *Anacronismo e irrupción*, 10(18), 307-328. <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/anacronismo/article/view/5434>
- Chauí, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, (24), 5-15. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>
- da Silva Filho, A. C. (2021). Para que fenomenologia "da" educação e "na" pesquisa educacional? *Asas Da Palavra*, 12(25), 297-320. <http://revistas.unama.br/index.php/asasdapalavra/article/viewFile/2385/1431>
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 416p.
- de Melo, F. F. S., & dos Reis, B. M. C. (2018). Ensino e aprendizado na universidade: a percepção de estudantes em uma perspectiva fenomenológica. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, (23), 60-97. <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2018i23p60-97> <https://phenomenology.com.br/index.php/phe/article/view/33>
- do Nascimento, C.L.; Macêdo, S. (2019) A Crise do sentido e a saúde mental no mundo contemporâneo do trabalho: proposições fenomenológicas. *Revista*

² A *uberização* do trabalho representa um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, o qual assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva (Franco & Ferraz, 2019, p.846)

PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 95-112. <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/237>

- Dias, L. B. (2018). A condição humana como fenomenologia da decadência do político. *Cadernos do PET Filosofia*, 9(17), 79-89. <https://revistas.ufpi.br/index.php/pet/article/view/7355>
- Favaro, N. D. A. L. G., Semzezem, P., & Fernandes, M. T. O. (2019). Capital, neoliberalismo e seus impactos no ensino superior paranaense: o desmonte da universidade pública. *Revista Cocar*, 13(26), 335-357. <https://doi.org/10.31792/rc.v13i26>
- Franco, D. S., & Ferraz, D. L. D. S. (2019). Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos. EBAPE. BR*, 17(SPE), 844-856. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/76936>
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social. Aparecida: Ideias & Letras.*
- Graner, K. M., & Cerqueira, A. T. A. R. (2019). Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 1327-1346. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.09692017>
- Han, B.C. (2015). *Sociedade do cansaço. Petrópolis: Editora Vozes.*
- Macêdo, S. (2018). Sofrimento Psíquico e Cuidado com Universitários: Reflexões e intervenções fenomenológicas. *ECOS: Estudos Contemporâneos em Subjetividade*, 8(2):265-277. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2844>
- Macêdo, S., Nunes, A. L. P., & de Souza, M. P. G. (2020). Hermenêutica Colaborativa na Pesquisa Fenomenológica Interventiva com Universitários em Sofrimento Psíquico. *Phenomenology, Humanities and Sciences*, 1(2), 349-372. <https://phenomenology.com.br/index.php/phe/article/view/33>
- Schutz, A. (1944/2010). *O Estrangeiro - Um ensaio em Psicologia Social. Espaço Acadêmico (Maringá)*, 10(113), 117-129. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11345>
- Thomaz, Petronio Generoso, Assad, Renato Samy, & Moreira, Luiz Felipe P. (2011). Uso do Fator de impacto e do índice H para avaliar pesquisadores e publicações. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 96(2), 90-93. <https://dx.doi.org/10.1590/S0066-782X2011000200001>